

---

CARVALHO, Silvia Scoralich de; GUIMARAENS, Dinah Tereza Papi de. Arquitetas [urbanistas e projetistas]: e nós, aonde vamos?. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 119-135, ago 2024

---

data de submissão: 12/03/2024  
data de aceite: 12/06/2024

## Arquitetas [urbanistas e projetistas]: e nós, aonde vamos?

Silvia Scoralich de Carvalho e  
Dinah Tereza Papi de Guimaraens

**Silvia Scoralich de CARVALHO** é Mestre em Projeto e Patrimônio; doutoranda do PPGAU UFF; sscarvalho@id.uff.br

**Dinah Tereza Papi de GUIMARAENS** é Doutora em Antropologia Social; docente do PPGAU UFF; dinahguimaraens@id.uff.br

### Resumo

O artigo discute o feminismo como um operador analítico no contexto da teoria arquitetônica e urbanística, ressaltando a importância de uma abordagem transdisciplinar para uma compreensão mais profunda das relações sociais de gênero na produção do ambiente construído. Propõe-se uma tipologia fundamentada em vertentes, paradigmas e epistemologias, visando articular de maneira mais eficaz os discursos e práticas dentro do feminismo enquanto movimento político e doutrina filosófica. Essa tipologia proposta busca estabelecer uma classificação sistemática dos elementos presentes no feminismo, facilitando a compreensão das diversas perspectivas e interações entre elas. Ao considerar conceitos como orientação política, consciência prática e concepção da realidade, o texto busca fornecer uma estrutura analítica para examinar as relações sociais de gênero no contexto urbano e arquitetônico. São apresentados exemplos nos quais essas considerações poderiam ampliar a compreensão das análises feministas, ao mesmo tempo que questões são postas sobre a amplitude teórica envolvida no planejamento urbano e sua análise. Por fim, o texto destaca a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva que vá além da mera inclusão de mulheres na história da arquitetura e urbanismo, buscando compreender e desafiar as estruturas sociais que perpetuam a opressão de gênero no ambiente construído.

**Palavras-chave:** feminismo, análise crítica, teoria feminista da arquitetura.

### Abstract

*The article discusses feminism as an analytical tool within the context of architectural and urban theory, emphasizing the importance of a transdisciplinary approach for a deeper understanding of gender social relations in the production of the built environment. It proposes a typology based on trends, paradigms, and epistemologies, aiming to articulate more effectively the discourses and practices within feminism as a political movement and philosophical doctrine. This proposed typology seeks to establish a systematic classification of elements within feminism, facilitating the understanding of various perspectives and interactions among them. By considering concepts such as political orientation, practical awareness, and conception of reality, the text seeks to provide an analytical framework for examining gender social relations in the urban and architectural context. Examples are presented to illustrate how these considerations could enhance the understanding of feminist analyses, while also raising questions about the theoretical scope involved in urban planning and its analysis.*

*Lastly, the text emphasizes the need for a critical and reflective approach that goes beyond mere inclusion of women in the history of architecture and urbanism, aiming to understand and challenge the social structures that perpetuate gender oppression in the built environment.*

**Keywords:** *feminism, critical analysis, feminist architectural theory.*

### **Resumen**

*El artículo discute el feminismo como un operador analítico en el contexto de la teoría arquitectónica y urbanística, destacando la importancia de un enfoque transdisciplinario para una comprensión más profunda de las relaciones sociales de género en la producción del entorno construido. Se propone una tipología fundamentada en corrientes, paradigmas y epistemologías, con el objetivo de articular de manera más efectiva los discursos y prácticas dentro del feminismo como movimiento político y doctrina filosófica. Esta tipología propuesta busca establecer una clasificación sistemática de los elementos presentes en el feminismo, facilitando la comprensión de diversas perspectivas e interacciones entre ellas. Al considerar conceptos como orientación política, conciencia práctica y concepción de la realidad, el texto busca proporcionar un marco analítico para examinar las relaciones sociales de género en el contexto urbano y arquitectónico. Se presentan ejemplos para ilustrar cómo estas consideraciones podrían mejorar la comprensión de los análisis feministas, al mismo tiempo que se plantean cuestiones sobre el alcance teórico involucrado en la planificación urbana y su análisis. Por último, el texto enfatiza la necesidad de un enfoque crítico y reflexivo que vaya más allá de la mera inclusión de mujeres en la historia de la arquitectura y el urbanismo, con el objetivo de comprender y desafiar las estructuras sociales que perpetúan la opresión de género en el entorno construido.*

**Palabras-clave:** *feminismo, análisis crítico, teoría feminista de la arquitectura.*

## **Introdução**

**E**m 1983, a arquiteta Dulce Pereira identifica uma série de problemas acerca das pautas e prioridades do movimento feminista brasileiro no artigo: “Mulher Negra: e nós, aonde vamos?”. Ao nos depararmos com o texto na edição número 14 do jornal *Mulherio* é o subtítulo que, antes de tudo, atravessa nossa leitura: “Mesmo quem conhece Bertha Lutz, sabe quem é Luiza Mahim?”. Para nós, do campo arquitetônico, o sentimento pode ser duplicado quando na identificação da autora lemos: “[...] Dulce Pereira Cardoso, arquiteta e militante dos movimentos negro e feminista.” (CARDOSO, 1983, p. 7, grifo nosso). Sabemos quem é a arquiteta Dulce Pereira?

Assim como o texto da autora não é diretamente sobre Luiza Mahim, tampouco é o nosso sobre a rica história da autora. O objetivo da menção é consideramos o

sentimento de desconforto pelo desconhecimento da história de mulheres brasileiras para traçar um paralelo com o desconforto constante do desconhecimento da história e produção das arquitetas. Referenciamos o título do artigo ao de Dulce Pereira para questionar quais critérios e prioridades vêm sendo considerados em nossas pesquisas quando pontuamos que ela trata de indagação no campo feminista ou da perspectiva de gênero, é o reconhecimento de mulheres do passado? É a identificação de seu legado construído? Teórico? Ou, tal qual lemos no artigo do *Mulherio*, ainda estamos enfrentando decisões feministas que se afastam da realidade prioritária da população trabalhadora? Na relação hierárquica imposta pela cidade patriarcal capitalista, conseguimos identificar nossa posição enquanto trabalhadoras e as trabalhadoras que ocupam local de “clientes”?

Ketzer (2017) considera a Epistemologia área central para fundamentarmos os métodos científicos, bem como justificá-los, visto que ela se ocuparia das seguintes questões: “o que é conhecimento? Quais as suas fontes? Quais os tipos de conhecimento existentes? Como podemos justificar o que conhecemos?”. Indo de encontro com a definição posta por Harding (1987, p. 3, tradução nossa) quando esta põe que

Uma epistemologia é uma teoria do conhecimento. Ele responde a perguntas sobre quem pode ser um “conhecedor” (as mulheres podem?); que testes as crenças devem passar para serem legitimadas como conhecimento (somente testes contra experiências e observações dos homens?); que tipos de coisas podem ser conhecidas (as “verdades subjetivas” podem contar como conhecimento?), e assim por diante.

Partindo da indagação sobre se as mulheres podem ser “conhecedoras” e ter suas crenças legitimadas, emerge a Epistemologia Feminista. Esse campo faz parte da Epistemologia Social, um ramo da Epistemologia Tradicional que, na segunda metade do século XX, passa a aceitar “as dimensões sociais do conhecimento” (KETZER, 2017, p. 97), considerando-o como socialmente situado. Um dos objetivos da Epistemologia Feminista é desvelar os preconceitos em relação as mulheres em áreas diversas do conhecimento, buscando visibilizar e compreender as relações implícitas e explícitas na experiência das mulheres, e estabelecer critérios capazes de distinguir as práticas que excluem mulheres da pesquisa científica.

Após os anos de 1980, algumas teóricas se ocuparam em reavaliar os conceitos utilizados nas ciências, tanto da vida quanto sociais. Nas ciências sociais cabe mencionar o trabalho de Dorothy Smith e Sandra

Harding, como pioneiros na questão epistemológica e o desenvolvimento de análises que questionaram a centralidade na experiência masculina. Desde então, muitas autoras têm contribuído para a tentativa de reconhecer o saber das mulheres, principalmente as que estão na periferia do conhecimento hegemônico, citando Grada Kilomba (2019, p. 54) lembremos que: “Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível”. Kilomba irá afirmar em sequência:

A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. Os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional – a chamada epistemologia – refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses específicos da sociedade branca. (KILOMBA, 2019, p. 54)

Da mesma forma, o conhecimento possibilitado pela vivência das mulheres vem sendo desqualificado em muitos ambientes acadêmicos, incluindo aqueles que transformam os saberes de mulheres em distantes da objetividade necessária para se considerar como fato científico. Ainda que as metodologias tradicionais não tenham sido superadas e um método especificamente feminista não tenha sido desenvolvido, podemos considerar que é possível realizar uma abordagem feminista a partir de uma pluralidade de enfoques. Esta abordagem, já reconhecida pelo campo da arquitetura e urbanismo, carece de categorias coerentes e claras para que sejamos capazes de reconhecer as diretrizes interpretativas e projetuais.

É comum compreender que o urbanismo não é neutro, e lida com elementos patriarcais desde seu desenvolvimento enquanto disciplina (MONTANER; MUXÍ, 2021). E que a prioridade em suas escolhas se deu ao redor das atividades produtivas relacionadas ao capitalismo, em sua maioria realizada por homens. Segundo Montaner e Muxí (2021, p. 191), o urbanismo costuma levar em consideração a esfera produtiva, marginalizando e invisibilizando “[...] a esfera da reprodução e dos cuidados; a da vida comunitária, da inter-relação e da atividade social e política; e a do desenvolvimento pessoal”. Entender o urbanismo por este prisma, possibilita que o feminismo seja utilizado como ferramenta para questionar a não apropriação do espaço público por grupos diversos, algumas vezes tendo como protagonista da questão a apropriação dos espaços por mulheres.

Muitos artigos e trabalhos que empregam o feminismo como uma ferramenta analítica tendem a começar com a introdução do feminismo como parte das análises ou decisões em projetos. Eles geralmente justificam a escolha de usar, ou não, a categoria “gênero”, e então fazem referência a teorias de outras áreas, aplicando-as à arquitetura e ao urbanismo de forma abstrata. No entanto, essas referências teóricas, quando examinadas de perto, às vezes revelam incompatibilidades ou uma interpretação forçada para justificar certos aspectos do projeto. Do ponto de vista teórico, essas escolhas frequentemente mantêm um caráter poético e subjetivo que pode afastar a realidade concreta do projeto em questão. Uma abordagem mais clara e conceitualmente sólida do feminismo, de fato, exige que a maioria dos trabalhos comece com a construção de uma base teórico-metodológica que explique claramente o significado dessa abordagem. Isso ocorre porque as autoras reconhecem que o feminismo não é um movimento uniforme nem uma perspectiva única. No entanto, muitos trabalhos parecem basear-se em definições fragmentadas, criticando a cidade com características neoliberais enquanto adotam proposições de um feminismo mais liberal.

<sup>1</sup> Esta tipologia vem sendo desenvolvida de forma mais aprofundada na tese em processo de pesquisa e orientação pelas autoras.

Neste artigo, tratamos de explicitar o que compreendemos por feminismo, seguindo com a apresentação de uma tipologia teórica<sup>1</sup> que indicaria o caminho de análise nas esferas de concepção da realidade, orientação política, localização dos sujeitos políticos, consciência prática e referenciais de compreensão. O objetivo é excluir o constante labirinto semântico descontextualizado proporcionado por algumas análises e a insistência de fundamentações que parecem uma justificativa com finalidade prévia, ou seja, escolha de referência que melhor se adequaria ao resultado e não a que auxiliaria no percurso.

Defendemos neste artigo que uma base teórica deve ser consolidada, ainda que as contradições sejam inevitáveis e muitas vezes levem a superações. Ao lidarmos com conceitos semelhantes como se fossem antagônicos podemos cair na armadilha de esvaziar o propósito da contínua inserção da teoria e práticas feministas para pensar um novo olhar do processo envolvido na melhoria das cidades.

## Feminismo: propósitos

Na *Enciclopedia Oxford de Filosofia*, editada por Ted Honderich, a professora Susan Mendus<sup>2</sup> diz que enquanto parte das feministas define que o objetivo do feminismo é garantir a igualdade de direitos legais e

<sup>2</sup> Susan Lesley “Sue” Mendus, acadêmica galesa especializada em filosofia política, professora emérita na Universidade de York.



políticos entre homens e mulheres, outra parte afirma que as demandas vão além, o que significaria buscar o fim de toda e qualquer subordinação das mulheres. Com base nas duas possibilidades, Mendus indaga:

E isso coloca duas dificuldades diferentes para nossa compreensão do feminismo: a primeira é se uma definição tão ampla pode ser útil; a segunda exige que se esclareça se o feminismo, assim entendido, é um sistema de crenças ou um movimento político. [...] se o feminismo consiste essencialmente no reconhecimento de que as mulheres são oprimidas, tal reconhecimento quase certamente envolverá diferentes identificações das fontes de opressão e diferentes propostas para remediar o mal, mas não precisa envolver a exclusividade do termo "feminista". Em vez disso, essas diferenças explicarão a divisão do feminismo em subseções separadas. [...] que divergem no diagnóstico do problema e nas propostas de mudança.

No entanto, essa interpretação do feminismo nos leva à segunda questão: se o feminismo é um movimento político ou uma doutrina filosófica. (MENDUS, 2001, p. 372, tradução nossa)

Consideramos que o feminismo se coloca tanto quanto movimento político, quanto doutrina filosófica, uma não sendo excludente à outra. Enquanto movimento político, a busca pela igualdade entre homens e mulheres, a defesa pelos direitos e combate à opressão e subordinação das mulheres, demonstram um movimento que trabalha para desafiar e transformar estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam o que o feminismo combate. No entanto, para que os resultados deste combate se consolidem, é necessária uma dimensão filosófica que busque compreender as raízes históricas e sociais da opressão das mulheres e reflita de forma crítica sobre as estruturas patriarcais e os sistemas de dominação aliados ao patriarcado que precisam ser combatidos.

De maneira geral, poderíamos considerar que o feminismo é capaz de transcender as fronteiras entre movimento político e doutrina filosófica, visto que combina ação política, reflexão teórica e análise crítica, daí sua aplicabilidade em campos teórico-práticos ampliados. Em arquitetura e urbanismo, compactuamos com Montaner quando este afirma:

Neste momento crucial, na segunda década do século XXI, o saber arquitetônico acumulado até hoje necessita de uma reformulação a partir dos novos dados da realidade. É preciso superar a rigidez disciplinar para promover mecanismos de ação mais versáteis e adaptáveis, que sejam capazes de se transformar, que favoreçam uma arquitetura baseada na igualdade de direitos, que sejam uma expressão da diversidade,



realizados de forma participativa e tendo como objetivos o reequilíbrio ecológico e a sustentabilidade. (MONTANER, 2016, p. 8)

O autor coloca ainda que é importante aproximar o campo mencionado de disciplinas da área de humanas e sociais. E que a inclusão da perspectiva de gênero ajuda a superar um suposto olhar único, incorporando princípios para direções participativas nos projetos de um mundo cada vez mais complexo. Neste sentido, muitos profissionais já iniciam a consideração de um viés feminista como sinônimo para uma noção mais inclusiva e ampliada das necessidades sociais.

Considerando os trabalhos que utilizam explicitamente o feminismo, não observamos um consenso sobre as diretrizes teóricas dentro da doutrina filosófica feminista. Logo, conforme apontado por Mendus, e como considerado por muitas feministas, a escolha mais frutífera é distinguir dentro do feminismo as subseções que irão divergir no diagnóstico e proposta. Assim, ao localizar qual a orientação política deste feminismo, qual sua perspectiva teórica, sua concepção da sociedade, a localização do sujeito político, como são vistos os impactos na opressão da mulher, qual a consciência da prática política e como estes elementos podem, ou não, interagir entre si, facilitaríamos a compreensão de qual abordagem feminista tratamos, conforme proposição no próximo item.

Mas, ainda sobre a pesquisa em arquitetura e urbanismo, podemos referenciar a excelente sistematização realizada pela arquiteta Ingrid Teixeira Peixoto em sua dissertação de mestrado (PEIXOTO, 2023). Em "Arquitetura no Feminino: a produção das arquitetas cearenses pioneiras no setor público", Peixoto retorna à Lewis Mumford em sua qualificação das origens das atribuições da arquitetura na mulher e sua atividade materna. Lembra que o autor diz: "Nos hieróglifos egípcios, 'casa' ou 'cidade' podem surgir como símbolos de 'mãe', como que a confirmar a semelhança da função formadora individual e coletiva" (MUMFORD, 1998, p. 19, apud PEIXOTO, 2023, p. 30). E, em seguida, através do trabalho de tratadistas e exemplares históricos, traz a disciplina da história da arquitetura com a presença da mulher indo além das comparações convenientes: antes muito mencionadas em discursos romantizados relacionados à sentimentos e formas, Peixoto utiliza evidências da participação das mulheres como construtoras e usuárias dos espaços públicos e privados:

Num curioso exemplo de urbanismo e arquitetura vernacular pensados exclusivamente por mulheres,

as vilas Massai refletem o funcionamento socioeconômico dessa sociedade, onde a atividade pecuária está no centro. Assim, a vila Massai nasce a partir de um cercado onde concentram os animais, e é margeado pelas habitações que protegem o rebanho de predadores externos (PEIXOTO, 2023, p. 35).

E parte para a compreensão da marginalização do papel da “mulher-construtora” que se torna “mulher invisível”. É com o auxílio do feminismo como movimento político e doutrina filosófica que a autora identificará a ascensão da arquitetura e do urbanismo como ferramenta de poder fortemente caracterizada pelo impedimento da autonomia das mulheres, ao serem apropriadas culturalmente como produtos masculinos graças à divisão sexual do trabalho. Diz ainda: “Os novos ordenamentos urbanos carregam, assim, as marcas e os efeitos dessa dominação masculina: cidades projetadas para os homens e perigosas para as mulheres, reforçando a segregação no uso dos espaços” (PEIXOTO, 2023, p. 38).

Além do admirável reforço em conteúdo para o campo arquitetônico e urbanístico, neste artigo, o trabalho de Peixoto contribui para a exemplificação de como sua compreensão da estratificação espacial se deu através de uma clara utilização teórica e política de um feminismo que dialoga em diagnóstico e proposta. O trabalho se torna um exemplo de como a revisão bibliográfica pode se alinhar ao que chamamos de “feminismo como operador analítico” dentro de uma coerência teórica e semântica. O posicionamento das mulheres enquanto classe, e a análise que se desenrola no trabalho da autora, já é suficiente para a compreensão epistemológica do operador analítico e prenuncia de forma coesa como a análise das arquitetas escolhidas como objeto de estudo não se tornará o que Heleieth Saffioti definiu como “ideologia do êxito pessoal” (SAFFIOTI, 2013, p. 436). Ou seja, não se desvia a atenção da estrutura social envolvida na esfera do serviço público ou das mulheres que com ele contribuíram em suas respectivas épocas.

De maneira a melhor esclarecer o viés utilizado para analisar a coerência e pertinência do operador analítico em questão, sugerimos a seguir uma tipologia teórica como auxílio deste(s) feminismo(s) que é movimento e doutrina, e suas condições de diagnósticos e propostas. Defendendo que o propósito da inclusão deste operador como válido é, antes de tudo, um auxílio para a prática profissional e compreensão do que pretendemos com sua utilização.



## Feminismo como operador analítico

De maneira a simplificar a forma complexa e multifacetada na qual a realidade se apresenta, propomos a utilização do conceito de tipologia da área das ciências sociais. Ao construir essa tipologia para exemplificar as diferentes possibilidades dentro do feminismo, buscamos estabelecer uma classificação ou categorização sistemática dos elementos envolvidos. Isso facilitará a compreensão das diversas perspectivas dentro do feminismo como movimento político, permitindo localizar as questões teóricas que estarão presentes ao utilizá-lo como um operador analítico.

A utilização da tipologia para compreensão do feminismo foi aplicada por Avtar Brah (2006) para explicar as interações entre o feminismo negro e conceitos teóricos na mobilização política. Revisando os debates do feminismo negro e branco a autora deixa clara a necessidade de não se enxergar “categorias essencialmente fixas e em oposição” (BRAH, 2006, p. 331), mas sim “campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais”, o que utiliza como ponto de partida para argumentar as interconexões entre o que chama de “marcador de diferença”. Tais marcadores incluem raça, classe, gênero e sexualidade, que deverão ser analisados de forma macro para que se compreenda as inter-relações entre eles sem que sejam entendidos como instâncias reducionistas, mas sim, de forma a deixar claro que possuem significados teóricos com relação direta aos modos de mobilização política e prioridades de ação.

Assumir uma posição política específica significa que se está fazendo certas suposições sobre a natureza dos vários processos que sublinham um fenômeno social, de que um evento particular pode ser um efeito. Um foco apenas nos “efeitos” pode tornar invisível a operação de tais processos ideológicos e materiais, assim dificultando nossa compreensão das complexas bases das desigualdades. (BRAH, 2006, p. 354)

Logo, para articular discursos e práticas dentro do feminismo, é necessário posicionamento político que tragam as relações sociais envolvidas, localização de sujeito e subjetividades. Tomando um dos exemplos utilizados pela autora, quando esta fala sobre o feminismo socialista:

Uma premissa central do feminismo “socialista”, por outro lado, é que a natureza humana não é essencial, mas socialmente produzida. O significado de ser mulher – biológica, social, cultural e psicologicamente – é considerado uma variável histórica. O feminismo “socialista” montou uma poderosa crítica daquelas perspectivas materialistas que priorizam a classe, ne-

glicenciam as conseqüências sociais da divisão sexual do trabalho, privilegiam as heterossexualidades e dedicam escassa atenção aos mecanismos sociais que impedem as mulheres de atingir igualdade econômica, política e social. (BRAH, 2006, p. 343)

A estas categorias que incluem a concepção da sociedade, os impactos na opressão da mulher, que são capazes de fornecer orientação política e perspectiva teórica, consideraremos como vertente. Assim como posto por Fernandes (2019), geralmente as vertentes se apoiam em diferentes correntes de pensamento, ou abordagens, muitas vezes apresentando contradições incompatíveis entre si, por terem concepções distintas da realidade ou da "origem" da opressão à mulher. Muitas vezes, vertentes podem incluir movimentos políticos que possuem base teórica específica, como é o caso do socialismo, sem necessariamente ser definido por uma teoria filosófica restrita<sup>3</sup>.

O posicionamento da orientação política é capaz de indicar uma perspectiva teórica que dá o tom político e a visão de mundo deste grupo de feministas. Da mesma maneira, tal posicionamento é capaz de situar a visão de mundo de urbanistas refletidas em suas diretrizes projetuais. Hannes Meyer, em 1928, no seu manifesto "Construir"<sup>4</sup>, põe que "A nova casa é uma obra social" e que "O novo bairro residencial, como um fim ao bem-estar público, é uma obra conscientemente organizada e vigorosa de uma base integralmente cooperativa de forças coletivas e individuais unidas por uma causa comum". Conforme sua visão socialista sobre os novos modelos de morar e espacializar a cidade avançam, explicita sua visão sobre a cidade socialista em 1931:

O sistema de construção da cidade socialista é elástico e não rígido. Quanto maior for a elasticidade de tais centros de indústria, habitação, educação e recreação, maior será o efeito prático no processo contínuo de socialização da vida das massas. (MEYER, 2017, tradução nossa)

Ao longo de sua crítica ao modelo da cidade capitalista, Meyer parece manter a conexão "[...] dos defeitos da cidade industrial ao conjunto das condições econômicas e políticas do momento [...]" (CHOAY, 2003, p. 6) que Marx e Engels também criticam em suas análises da cidade industrial do século XIX. Insistindo na necessidade de ruptura através da revolução:

Diante de nossa concepção marxista e revolucionária do mundo, nós, arquitetos revolucionários, estamos à mercê das insolúveis contradições de um mundo construído sobre o individualismo animal e a exploração do homem pelo homem. Eu disse, e repito, a todos os arquitetos, todos os engenheiros, todos os

<sup>3</sup> O socialismo é um exemplo prático por ser fortemente influenciado pelo Marxismo, mas não necessariamente ser marxista, podendo ser influenciado por outras teorias derivadas.

<sup>4</sup> No original "Bauen", em *Bauhaus*, Dessau, ano 11, n. 4, 1928. Tradução de Igor Fracalossi. "Construir / Hannes Meyer" 21 Mai 2015. ArchDaily Brasil. Acessado 26 Abr 2024. <<https://www.archdaily.com.br/br/767265/construir-hannes-meyer>> ISSN 0719-8906.

construtores: “Nosso caminho é e deve ser o do proletariado revolucionário, o do partido comunista, o caminho daqueles que estão construindo e alcançando o socialismo.” (MEYER, 2017, tradução nossa)

Nosso intuito neste artigo não é a avaliação do que foi proposto por Meyer, mas entender que sua proposta para a cidade parte de sua concepção política composta por todo um conceito do que é almejado para a sociedade. E uma análise, além de considerar a visão de mundo do projetista para desenvolver seu projeto, precisa ir além, posicionando a visão teórica a partir da qual está sendo realizada a análise do local da mulher neste projeto de cidade socialista – o pretendido e o materializado – não apenas a localização do interlocutor. Reafirmando que não existe neutralidade no projetar, nem universalidade no feminismo como referência analítica, ou seja, ao analisar a cidade socialista, não necessariamente precisamos estar utilizando uma visão socialista. O que precisamos é indicar qual visão utilizamos e como, a partir dela, seríamos capazes de questionar se a cidade socialista proposta considerava questões fundamentais para as feministas socialistas, como as mencionadas anteriormente postas por Brah (2006, p. 343).

Retomando o que a autora põe como essencial para se compreender o feminismo, notamos um contraponto entre as feministas socialistas e as radicais, quando ela lembra que ambas as linhas se distanciam pelo destaque que as feministas radicais dão ao considerar as relações de poder entre os sexos como determinante da subordinação feminina. Esta diferenciação é essencial, pois pode encaminhar a investigação para prioridades distintas, logo, resultados e propostas distintos<sup>5</sup>: se a cidade socialista considerar a reprodução social do trabalho para sua conformação, seria a explicação/justificativa do viés radical distinta da do viés socialista?

<sup>5</sup> É importante a compreensão de que aqui não estamos propondo um julgamento moral do que é verdade, mentira, certo ou errado.

Outro importante trabalho para a dissecação do feminismo é o de Patrícia Hill Collins (2019), que discorre sobre a inserção de paradigmas no feminismo para a inclusão de questões além das que vinham sendo tratadas pelas feministas brancas nos Estados Unidos. A autora insere a interseccionalidade como importante paradigma para compreensão de que “a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça”. Ou seja, ela identifica que existe um elemento capaz de chamar atenção para as estruturas de opressão, o que dialoga com Brah (2006) quando esta relembra que muitas vezes o nível de abstração utilizado em categorias incluídas na análise feminista,

apenas afastará a teoria da prática, não sendo capaz de evidenciar o projeto de luta.

No campo urbanístico podemos destacar que grande parte dos trabalhos segue uma premissa discursiva interseccional. Porém, como posto por Eliane Alves da Silva (2022), assim como nos estudos sociológicos e filosóficos, a utilização da interseccionalidade na discussão das cidades desemboca em uma sobrevalorização de identidades sociais ao mesmo tempo em que enfrenta desafios para fornecer elementos de orientação prática de políticas públicas, retornando à incapacidade de evidenciar projetos de luta mencionada anteriormente. Por isso, seria frutífero explorar a interseccionalidade de maneira distinta à definição anterior de vertente, considerando-a na verdade um elemento capaz de auxiliar o entendimento de dita vertente.

Para incluir a interação entre a vertente e a consciência da prática, pensamos que é necessário compreender qual paradigma está sendo considerado. Utilizamos aqui a sistematização proposta pela socióloga Sabrina Fernandes (2020) que também compreende que categorias como a interseccionalidade e a consubstancialidade se enquadram no que Hill Collins considerou “paradigma”. Fernandes irá considerar que tais paradigmas são “metodologias de compreensão da dialética de opressão”, visto que se colocam como “referenciais interpretativos” (COLLINS, 2019, apud FERNANDES, 2020, n.p.). Ainda que a indicação de Fernandes pelo termo metodologia chame a atenção para a relação dialética entre os elementos, para não criar possíveis conflitos na compreensão de “metodologia de pesquisa”, optamos por utilizar o termo proposto por Hill Collins: paradigma.

O deslocamento da interseccionalidade para a categoria de paradigma, permite que o esclarecimento focalize na análise de como as relações envolvidas são apresentadas. Este deslocamento também trata do fato de que a interseccionalidade foi popularizada com pouca precisão conceitual, e muitas vezes sua utilização resulta em trabalhos pouco reflexivos, ainda que se considerem inclusivos (GARCIA, 2022, p. 104). Logo, é possível que os marcadores sociais considerados em análises sobre a cidade pressuponham informações acerca de sua perspectiva teórica, mas, acima de tudo, que sejam capazes de caminhar para uma consciência prática, ao mesmo tempo que chamam a atenção para as demais possibilidades de análise metodológica sobre as relações sociais.

Por fim, o último elemento que propomos para pensar o feminismo é a definição da epistemologia. Hill Collins, por exemplo, chamará o feminismo negro de epistemologia, entendendo que ele está conectado a um determinado conjunto de conhecimentos e interesses. Neste sentido, retornamos à Sandra Harding, quando esta diz que a epistemologia “responde às perguntas sobre quem pode ser ‘conhecedor’” (HARDING, 1987, p. 3) e é caracterizada como estratégia para justificar crenças. Na tipologia, portanto, a epistemologia é quem localiza o sujeito político, fornecendo a consciência da prática e esclarecendo as vertentes, quando possível a interação.

A consideração de que existem *feminismos epistemes* não obriga a localização de uma vertente específica, mesmo que auxilie a compreender como se processa e quais os alcances pretendidos para estas feministas, é entendido que pode existir uma incompatibilidade de interações entre epistemologia e vertente. Ainda que teóricas possam tentar realizar interações, alguns princípios básicos poderiam entrar em conflito, exigindo uma maior flexibilidade em uma categoria ou outra<sup>6</sup>, como seria o caso de tentar compatibilizar vertentes que vão de encontro a crenças essenciais para uma epistemologia, como a vertente radical e a epistemologia transfeminista. Uma opção muitas vezes realizada pelos feminismos epistemes, é se apoiar em movimentos (orientação política) inseridos dentro das vertentes, assim podemos encontrar associações como o feminismo cristão socialista, ainda que este socialismo tenha influência teórica do marxismo e muitos teóricos afirmem a incompatibilidade entre cristianismo e marxismo. De forma a ilustrar a tipologia, propomos uma imagem síntese (Figura 01) capaz de auxiliar no fluxo possível.

A finalidade desta tipologia é a de auxiliar numa abordagem transdisciplinar que seja capaz de operar deslocando conceitos entre distintos campos de saberes. Ou seja, as vertentes, epistemologias e paradigmas, ao serem selecionados, serão transformados em operadores analíticos que possuem um caráter dialético relacionado às condições materiais de vivenciar a cidade derivadas do processo histórico. O operador analítico assume o local de ferramenta de análise capaz de auxiliar na compreensão e investigação dos fenômenos sociais complexos envolvidos na opressão feminina e sua exclusão do ambiente visto como público.

Para detalhar um pouco mais o significado de se ter um operador analítico, consideramos que, na práti-

<sup>6</sup> Considerando uma possível complexidade na compreensão do que consiste uma ou outra vertente ou epistemologia, recomenda-se a leitura de Sobre as correntes filosóficas do feminismo de Anuradha Gandhi. Disponível em: < <https://www.novacultura.info/correntesfilosoficas-feminismo> >.

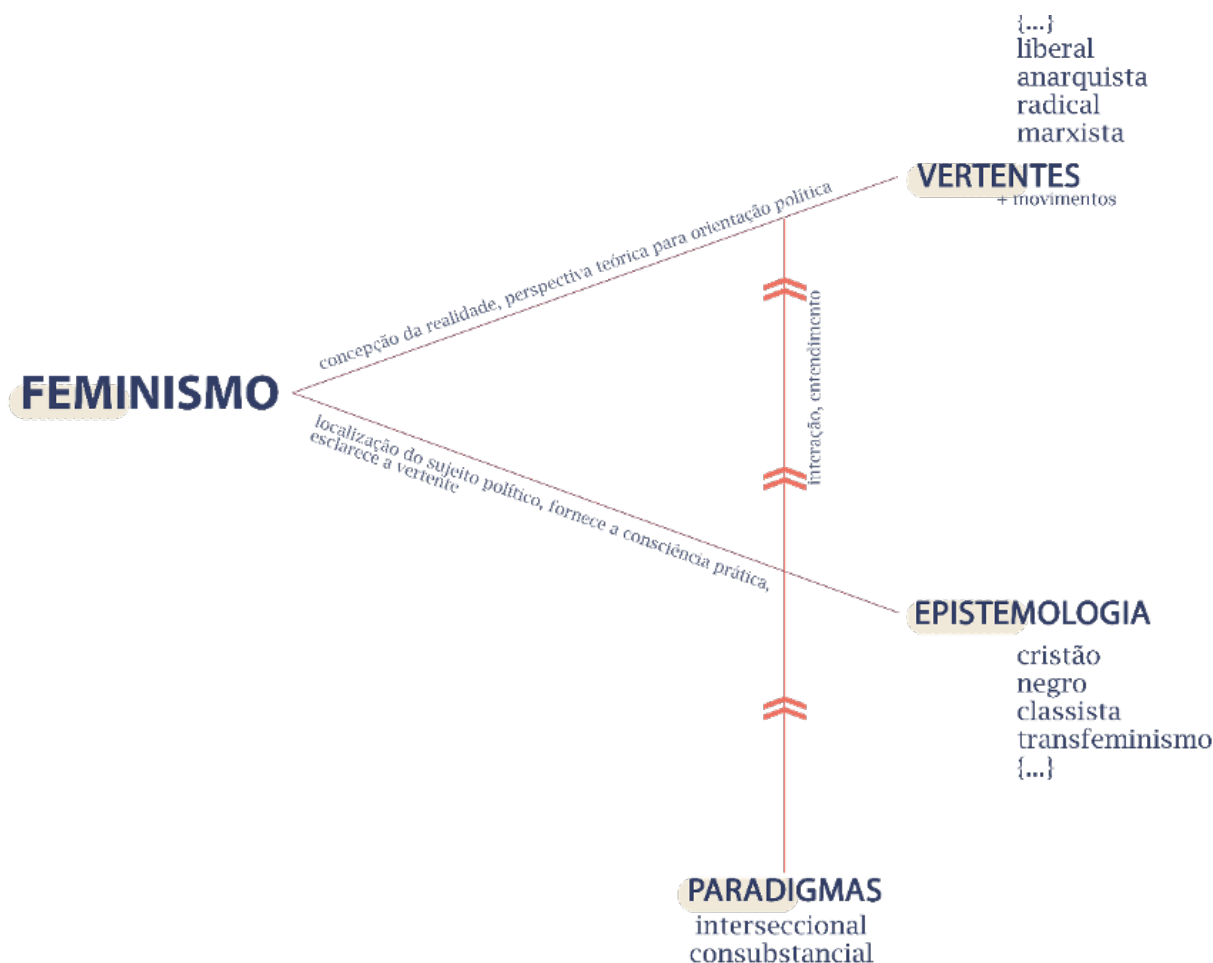


Figura 1

Imagem síntese da tipologia proposta para pensar o operador analítico, inspirada no esquema proposto por (FERNANDES, 2019)

Fonte: Elaboração própria, 2024

ca, este operador seria uma abstração conceitual que permitirá formular questões, estruturar argumentos, além de analisar dados de maneira mais precisa e sistemática. Assim como foi feito anteriormente no trabalho de Peixoto, não seria uma tipologia para normatizar as análises, mas sim para melhor observar a coerência e real contribuição do feminismo no campo da arquitetura e urbanismo. Nas ciências sociais podemos ainda observar operadores analíticos apresentados como conceitos-chave, variáveis, modelos teóricos, *frameworks* analíticos e, decerto, outras tantas ferramentas que apresentem construções intelectuais capazes de refletir pressuposições teóricas e visões de mundo que orientem pesquisas a partir da cosmovisão<sup>7</sup> dos pesquisadores.

Tal utilização de categorias dos discursos teóricos nada mais representa do que o reconhecimento da teoria feminista como auxílio para análise das relações sociais femininas. Segundo Sandra Harding (2019, p. 7): “O

<sup>7</sup> O termo “cosmovisão” neste contexto é proposital para chamar atenção ao que é posto pela professora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí no livro *A invenção das mulheres*. No livro, a autora opta pelo termo em detrimento de “visão” ao considerar a forma como as pessoas compreendem e percebem o mundo. Ao escolher esta terminologia pretende defender abordagens mais holísticas e contextualizadas como crítica às concepções ocidentais de conhecimento e realidade. Como a escolha da autora é enraizada em uma crítica mais ampla às hierarquias de conhecimento e ao eurocentrismo nas ciências sociais, cabe neste trabalho mencionar que a utilização de cosmovisão está sendo apresentada e inserida como forma de reconhecimento de um novo perfil de pesquisadores e um novo significado oriundo dos operadores analíticos que eles apresentarão.



esforço inicial da teoria feminista foi o de estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar visíveis as atividades e as relações sociais das mulheres analiticamente no âmbito das diferentes tradições intelectuais”, e é desta forma que mulheres construirão discursos teóricos que representem com clareza sua realidade. Objetivando não a normatização dos métodos, como dito anteriormente, mas contribuindo para o avanço na esfera das proposições práticas.

Em resumo, podemos reforçar através de uma suposição analítica: se pretendemos avaliar um território para proposições de melhorias, poderíamos utilizar a interseccionalidade como entendimento das relações de opressão dos sujeitos envolvidos. Mas o paradigma em si, não é capaz de direcionar as ações pretendidas ou ainda as origens e causas daquela situação analisada, para tal, se estivéssemos especificamente pensando em uma análise feminista, teríamos o auxílio da vertente e da epistemologia, orientando a prática. Além de uma maneira direta e não alienada de incluir a perspectiva feminista em trabalhos que não a priorizam ou a desconhecem.

## Considerações Finais

Ao concluir seu texto, Dulce Pereira Cardoso (1983, p:8) põe “Afinal, se nossa história não for escrita e por todos compreendida, parte da luta de todas as mulheres terá sido desperdiçada”. Não colocaremos aqui a ingenuidade de considerar uma necessidade absoluta de compreensão de trabalhos que por vezes são extratos teóricos densos, mas ao encarar o feminismo como movimento político, entendemos ser essencial a condição da produção de concretudes urbanas e relacionais, assim como a utilização de orientação política para auxiliar na prática projetista e analítica de um urbanismo político.

A ascensão de pesquisas e políticas feministas objetivando a construção da *cidade não-sexista*, como nomeado por Dolores Hayden (1980), sempre pressupôs estratégias diretamente relacionadas a ideologias e luta política. A própria Hayden, na conclusão de seu artigo “*What Would a Non-Sexist City Be Like?*” afirma:

Eu acredito que atacar a divisão convencional entre espaço público e privado deve se tornar uma *prioridade socialista e feminista* na década de 1980. *As mulheres devem transformar* a divisão sexual do trabalho em casa, a base econômica privatizada do trabalho doméstico e a separação espacial entre lares

e locais de trabalho no ambiente construído, se elas desejam ser membros iguais na sociedade. (HAYDEN, 1980, p:187, tradução e grifo nossos)

Esta ascensão também presenciou uma larga produção nos anos de 1990 de textos feministas na teoria da arquitetura, embora pouco aparecessem nas antologias teóricas organizadas geralmente por homens. E este número foi bem menor na primeira década do século XXI de acordo com Jane Rendell (2018), encaminhando a autora por sugerir que as referências feministas e a definição de textos como tais, devem ser explicitadas, para que se possa realizar uma genealogia da teoria feminista da arquitetura.

Neste sentido, este artigo buscou indicar uma elaboração que não apenas auxiliaria numa construção de abordagem feminista de trabalhos diversos, mas que também seria capaz de não generalizar diretrizes frente às diversas formas de opressão e lutas apresentadas na contemporaneidade. Reforçando um exemplo já mencionado, necessitamos pensar no uso constante da interseccionalidade como abordagem que, em alguns trabalhos, pode não indicar de forma clara a identificação da origem da opressão que se escancara e qual estratégia de luta. Construindo grupos de trabalhos e críticas que entrelaçam opressões, identificando o nó imbricado pela relação gênero, raça/etnia e classe (SAFFIOTI, 2000), mas não direciona como se enxerga a possibilidade de desatá-lo ou enfrenta-lo.

Por fim, identificamos que ainda temos mais caminhos para percorrer e sistematizar do que já foi feito até o momento. O esforço das arquitetas e urbanistas em tornar nossa existência visível na história da profissão não pode se satisfazer em inclusões biográficas e apêndices bibliográficos. Apenas com estudos teórico-exploratórios e a constante indagação sobre nossa realidade material seremos capazes de fornecer propostas que não insistam em nos limitar fisicamente e desmerecer a cosmovisão que constitui nossa experimentação dos ambientes construídos.

## Referências

- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329–376, jun. 2006.
- CARDOSO, D. P. Mulher Negra: e nós, aonde vamos? *Mulherio*, v. III, n. 14, p. 7–8, 1983.
- CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia*. 5. ed, 2a reimpressão ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, S. *Se quiser mudar o mundo: Um guia político para quem se importa*. 1a edição ed. São Paulo: Planeta, 2020.

FERNANDES, S. *Sobre feminismos e vertentes*. : TeseOnze., [s.d.]. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/0afVP6rRvZeYrSQF0niLmm?si=4d5fbc0297444ee1>>. Acesso em: 25 nov. 2020

GARCIA, A. K. DE O. INTERSECCIONALIDADE OU CONSUBSTANCIALIDADE: *Novos Rumos Sociológicos*, v. 10, n. 18, p. 103–129, 2022.

HARDING, S. Is there a feminist method? Em: *Feminism and methodology*. Bloomington, NY: Indiana University Press, 1987.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Em: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Ed.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HAYDEN, D. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. 3, 1980.

MENDUS, S. Feminismo. Em: HONDERICH, T. (Ed.). *Enciclopedia Oxford de Filosofia*. Madrid: Tecnos, 2001. p. 372–374.

MEYER, H. *On Marxist Architecture. Hidden Architecture*, 26 abr. 2017. Disponível em: <<http://hiddenarchitecture.net/on-marxist-architecture/>>. Acesso em: 26 abr. 2024

MONTANER, J. M. *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*. Tradução: Maria Luisa de Abreu Lima Paz. [s.l.] Gustavo Gili, 2016.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Política E Arquitetura: Por Um Urbanismo Do Comum E Ecofeminista*. São Paulo, SP: Editora Olhares, 2021.

PEIXOTO, I. T. *Arquitetura no Feminino: a produção das arquitetas cearenses pioneiras no setor público*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2023.

RENDELL, J. *Only resist: a feminist approach to critical spatial practice*. *Architectural Review*, 19 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.architectural-review.com/essays/only-resist-a-feminist-approach-to-critical-spatial-practice>>. Acesso em: 1 mar. 2024

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, v. 1, n. 11, p. 71–75, 2000.

SILVA, E. A. DA. Um passo além? O que a abordagem interseccional pode oferecer aos estudos urbanos. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 434–444, 10 jan. 2022.